

ACESSIBILIDADE NA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES: UM ESTUDO DAS NARRATIVAS DISCENTES EM PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Jordana Dias de Oliveira¹; Giovana Maria Belém Falcão²

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil,
jordana.dias@aluno.uece.br

² Professora Doutora da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil,
giovana.falcao@uece.br

Resumo

Este artigo analisa a inclusão no ensino superior a partir das narrativas de estudantes com deficiência presentes em teses e dissertações disponíveis na BDTD e na CAPES. A pesquisa, de abordagem qualitativa e , buscou compreender como esses estudantes vivenciam o cotidiano universitário, identificando barreiras, facilitadores e as tensões existentes entre os marcos legais e a prática institucional. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços na legislação brasileira voltada à inclusão, a universidade ainda apresenta barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais que comprometem a autonomia, o pertencimento e a permanência acadêmica. Por outro lado, destacam-se como facilitadores a atuação dos Núcleos de Acessibilidade, o uso de tecnologias assistivas, práticas pedagógicas mais flexíveis e, principalmente, as redes informais de apoio construídas entre colegas, docentes e familiares. Conclui-se que a acessibilidade no ensino superior não se efetiva apenas pelo cumprimento da norma legal, mas exige uma mudança cultural que reconheça a diferença como parte constitutiva da experiência universitária e valorize a permanência e a participação dos estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Acessibilidade. Ensino Superior. Estudantes com Deficiência. Narrativas Discentes. Inclusão.

Introdução

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade é um processo ainda em construção, atravessado por um percurso histórico marcado, inicialmente, pela exclusão e pela segregação, até alcançar, mais recentemente, o paradigma da inclusão. Durante muito tempo, a história dessas pessoas foi contada a partir da invisibilidade ou de uma lógica assistencialista, o que as manteve à margem da participação social plena. Como aponta Januzzi (2004), a educação da pessoa com deficiência esteve, por um longo período, dissociada da educação comum, configurando-se como um ensino separado, o que contribuiu para a manutenção de estigmas e para a limitação do exercício pleno da cidadania. Nesse cenário, a universidade brasileira historicamente se constituiu como um espaço elitizado, seletivo e relativamente



homogêneo em seu corpo discente, o que faz com que o processo de inclusão tensione, ainda hoje, suas estruturas tradicionais.

Nesse arcabouço legal, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI nº 13.146/2015) e, recentemente, o Decreto nº 12.773/2025. Este último, ao atualizar as diretrizes do Decreto nº 12.686/2025, instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a respectiva Rede Nacional, consolidando um modelo de governança focado na integração sistêmica. Mais do que um conjunto de normativas, esse movimento jurídico representa uma ressignificação do papel social da educação: ela deixa de ser compreendida como privilégio e passa a ser afirmada como um direito humano fundamental. Tal mudança exige do Estado e da sociedade o enfrentamento contínuo das barreiras que ainda limitam a participação plena das pessoas com deficiência nos espaços educacionais.

No âmbito da Educação Superior, a presença de estudantes com deficiência intensificou-se especialmente nas últimas décadas, impulsionada por políticas de ações afirmativas e pela Lei de Cotas (Lei nº 13.409/2016). Nesse contexto, programas governamentais, como o Programa Incluir (Brasil, 2005), desempenharam papel relevante ao estimular a criação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior, com o objetivo de garantir não apenas o ingresso, mas também condições equitativas de permanência. Contudo, a ampliação do acesso trouxe à tona novos desafios, evidenciando que assegurar a matrícula não significa, necessariamente, assegurar a inclusão.

Conforme defende Magalhães (2013), a consolidação de espaços educacionais inclusivos pressupõe que o docente desenvolva processos de reflexão sobre sua própria prática, visando a organização de estratégias de ensino-aprendizagem que sejam, de fato, adequadas à diversidade dos alunos. Portanto, a inclusão não se esgota no acesso, mas exige uma ruptura com a padronização pedagógica em favor de uma mediação que considere as especificidades e os direitos de cada estudante.

Embora avanços institucionais sejam observados, é evidente que as barreiras enfrentadas vão muito além da dimensão física. Conforme destacam Cabral e Melo (2017), a acessibilidade não se restringe à existência de rampas ou banheiros adaptados, mas envolve aspectos comunicacionais, metodológicos, instrumentais e, sobretudo, atitudinais. Sassaki (2010) reforça essa compreensão ao afirmar que a inclusão é um processo de via dupla: não



cabe apenas ao estudante adaptar-se à instituição, mas é a instituição que deve se transformar para acolhê-lo. Nesse sentido, a ausência de acessibilidade pedagógica e o despreparo docente configuram-se, muitas vezes, como obstáculos mais complexos do que as barreiras arquitetônicas, produzindo situações de exclusão no interior da própria universidade, onde o estudante está formalmente incluído, mas não participa plenamente da vida acadêmica.

Diante desse cenário, torna-se fundamental deslocar o foco das normas e das estruturas físicas para a experiência subjetiva dos estudantes. O lema “Nada sobre nós, sem nós”, historicamente defendido pelo movimento das pessoas com deficiência, se torna essencial para a academia reconhecer a centralidade da voz discente. Ouvir esses estudantes é essencial, pois suas narrativas revelam dimensões da exclusão que dificilmente são captadas pelos documentos oficiais. É a partir dessas histórias de vida que emergem as estratégias de permanência, as redes de apoio construídas no cotidiano e os impactos emocionais decorrentes da falta de acessibilidade.

Considerando isso, este estudo se volta para a produção científica nacional com o objetivo de compreender o estado da arte dessa escuta, investigando como a pós-graduação brasileira tem registrado e valorizado as narrativas de estudantes com deficiência. O problema central que orienta esta investigação consiste em compreender como a acessibilidade no Ensino Superior brasileiro é descrita e significada nas produções acadêmicas que privilegiam as narrativas de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades, considerando a relação entre acesso, permanência e participação no contexto universitário.

Para responder a essa questão, realizou-se um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nos periódicos da CAPES, buscando identificar, de forma específica, as barreiras e os facilitadores relacionados à acessibilidade evidenciados nas narrativas discentes presentes nas teses e dissertações analisadas. Além disso, procura-se compreender de que maneira os percursos acadêmicos narrados por esses estudantes evidenciam aproximações ou distanciamentos entre os marcos legais da inclusão e a realidade vivenciada no cotidiano universitário.

O texto está organizado da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se a metodologia utilizada para o levantamento e a seleção das produções na BDTD; em seguida, são discutidos os resultados a partir da categorização das narrativas encontradas; por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências.



A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, do tipo bibliográfico, configurando-se como um "Estado da arte". Segundo Ferreira (2002), esse tipo de investigação é fundamental para a discussão de uma certa produção acadêmica em um determinado campo do saber, possibilitando uma visão panorâmica sobre o que vem sendo produzido, suas tendências e lacunas.

O levantamento dos dados foi realizado em duas bases de dados: o Portal de Periódicos e Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para o recorte temporal, definiu-se o período das últimas décadas (2013 a 2025), buscando compreender as discussões mais relevantes sobre a temática. A busca foi orientada pelo cruzamento de descritores que atendessem ao problema de pesquisa, utilizando-se termos como: "Acessibilidade", "Ensino Superior", "Inclusão", "Pessoa com Deficiência" e, fundamentalmente, "Narrativas" ou "Relatos de Experiência".

O processo de seleção dos trabalhos seguiu critérios de inclusão e exclusão rigorosos. Inicialmente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos. Foram incluídos apenas os trabalhos que: (a) abordassem o ensino superior; (b) tivessem como foco a acessibilidade ou inclusão; e (c) privilegiassem a voz dos estudantes, ou seja, que utilizassem as narrativas discentes como metodologia ou objeto de análise central. Foram excluídos trabalhos duplicados, puramente teóricos que não traziam dados empíricos de estudantes, ou que fugissem ao recorte temporal estabelecido.

Após a aplicação desses filtros, a pesquisa reuniu um corpus final de 11 produções acadêmicas, sendo estas distribuídas da seguinte forma: 6 (seis) provenientes da BDTD e 5 (cinco) da base da CAPES.

Foram encontrados as Teses na BDTD de título: Acessibilidade física e inclusão no ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal do Pará (Limeira, 2014), Acessibilidade na educação: a inclusão de alunos com deficiência auditiva oralizados no ensino superior (Salgado, 2024), Acessibilidade para estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior (Silva, 2020), A inclusão universitária: um estudo sobre as narrativas de estudantes do PPNE da universidade de Brasília (Souza, 2018), Condições de acessibilidade na universidade: o ponto de vista de estudantes com deficiência (Silva, 2016), Universidade(s) e deficiência(s): interfaces, tensões e processos (Mozzi, 2020) e na CAPES: A acessibilidade no



ensino superior: o caso da UFJF (Alencar, 2013), A inclusão no ensino superior: vivências de estudantes com deficiência visual (Silva; Pimentel, 2022), Estudantes com deficiência no ensino superior: acesso e permanência numa instituição pública de ensino (Brunelli, 2015), Intervenção psicopedagógica na educação superior: acessibilidade aos estudantes com deficiência (Bortolazzo, 2015), Reconhecimento da diferença: desafios para a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior (Borgmann, 2016).

A análise desses 11 trabalhos permitiu compreender não apenas a diversidade de temáticas abordadas, mas principalmente como os estudantes com deficiência significam suas trajetórias. A leitura flutuante e posterior análise aprofundada dos textos possibilitaram a sistematização dos dados em três categorias analíticas centrais: As barreiras à acessibilidade enfrentadas no cotidiano universitário; os facilitadores da permanência e da participação acadêmica, com ênfase nas redes de apoio e estratégias institucionais; e as tensões entre os marcos legais e a realidade vivida, evidenciando os distanciamentos entre a lei e a prática.

Barreiras à acessibilidade no cotidiano universitário: o que dizem as narrativas discentes

A leitura conjunta das teses e dissertações analisadas mostra que o cotidiano universitário, a partir da vivência de estudantes com deficiência, é marcado por constantes disputas. As narrativas deixam evidente que a universidade, historicamente construída para poucos, ainda mantém estruturas físicas, pedagógicas e simbólicas que pouco dialogam com a diversidade humana. Para aprofundar essa discussão, recorreremos ao conceito de barreiras presente na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e ampliado teoricamente por Sassaki (2010). O autor classifica essas barreiras em seis dimensões que impedem a inclusão plena: arquitetônicas (obstáculos físicos ambientais); comunicacionais (ausência de comunicação interpessoal, escrita ou virtual acessível); metodológicas (métodos e técnicas de ensino inadequados); instrumentais (falta de acesso a instrumentos e ferramentas de estudo); programáticas (normas e regulamentos institucionais que embutem a discriminação); e atitudinais (preconceitos, estigmas e estereótipos). Dentre estas, as barreiras atitudinais merecem destaque na análise das narrativas, pois, conforme alerta Amaral (1998), elas representam os obstáculos mais resistentes, manifestando-se no "olhar capacitista" e na descrença quanto à capacidade intelectual do estudante, operando muitas vezes de forma silenciosa, mas devastadora para a permanência acadêmica.



Entre as formas de exclusão mais recorrentes, a arquitetura aparece como uma das primeiras e mais visíveis. Nos estudos de Limeira (2014) e Silva (2016), os estudantes relatam situações em que precisam depender da “boa vontade” de outras pessoas para acessar espaços básicos da universidade, o que gera sentimentos de constrangimento e desvalorização. Mais do que um problema prático, essas experiências fazem com que autonomia seja suprimida. No estudo realizado na UFPA, Limeira (2014) destaca como a própria organização dos prédios acaba comunicando, de forma silenciosa, quem pertence e quem não pertence àquele espaço:

A barreira física não é apenas o degrau ou a falta do elevador, é a mensagem que a instituição passa ao aluno: a de que ele não era esperado ali. Quando um estudante precisa ser carregado no colo para assistir a uma aula no andar superior, a universidade falha em sua missão inclusiva e reforça o estigma da incapacidade, transformando um direito em um favor (Limeira, 2014, p. 89).

No campo pedagógico e comunicacional, a rigidez curricular se destaca como uma das barreiras mais persistentes no cotidiano universitário, conforme evidenciado nas teses de Silva (2020) e Salgado (2024). Silva (2020) aponta que a universidade ainda se organiza a partir de um modelo de aprendizagem fortemente marcado pela normatividade neurotípica, no qual se espera que todos os estudantes acompanhem o mesmo ritmo, os mesmos formatos de avaliação e as mesmas dinâmicas de sala de aula. Nesse contexto, a ausência de previsibilidade nas atividades acadêmicas, somada ao excesso de estímulos sensoriais e informacionais, torna-se uma fonte constante de sofrimento para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), afetando não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar emocional e a permanência desses alunos na instituição.

Embora autores como Mantoan (2015) defendam que a inclusão pressupõe a diferenciação dos meios de ensino e a flexibilização das práticas pedagógicas, os relatos analisados indicam que essa perspectiva ainda encontra forte resistência no ensino superior. Muitos docentes, segundo as narrativas, acabam confundindo rigor acadêmico com inflexibilidade pedagógica, adotando posturas que desconsideram as singularidades dos estudantes e reforçam um modelo homogêneo de ensino. Essa lógica contribui para a produção de barreiras simbólicas e atitudinais, nas quais os estudantes com deficiência são constantemente levado a se adaptar à universidade, e não o contrário.

Salgado (2024) amplia essa discussão ao evidenciar a experiência dos estudantes surdos oralizados, que frequentemente não utilizam Libras e, por isso, acabam não sendo



contemplados pelas políticas institucionais de acessibilidade já existentes. Ao mesmo tempo, a ausência de tecnologias assistivas e de estratégias de comunicação adequadas compromete a participação desses alunos nas atividades acadêmicas, colocando-os em uma posição de invisibilidade. Esse estigma institucional revela uma compreensão restrita de acessibilidade:

O aluno oralizado fica num limbo de acessibilidade. Ele não precisa do intérprete de Libras, mas precisa de legendas, de microfones, de professores que falem de frente para a turma e de uma acústica tratada. A falta desses recursos "invisíveis" gera uma exclusão silenciosa, onde o estudante está presente fisicamente, mas alijado do conteúdo ministrado (Salgado, 2024, p. 72).

Por fim, a barreira atitudinal, descrita por Amaral (1998) como a mais resistente, permeia as relações interpessoais. Em Souza (2018) e De Mozzi (2020), os estudantes relatam o "olhar capacitista" que duvida de sua intelectualidade, transformando a permanência em um ato de resistência psicológica constante.

Facilitadores da permanência e da participação acadêmica: estratégias institucionais e redes de apoio

Se as barreiras fragilizam a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior, os facilitadores surgem como os elementos que tornam possível a continuidade dessa trajetória. A análise feita evidencia que permanecer na universidade não é resultado de esforço individual isolado, mas da articulação entre políticas institucionais, práticas pedagógicas sensíveis à diversidade e redes de apoio construídas no cotidiano acadêmico. A permanência, portanto, aparece como um processo coletivo, sustentado por múltiplos atores e estratégias.

Entre os facilitadores identificados, destaca-se a atuação dos Núcleos de Acessibilidade, especialmente nas pesquisas de Silva (2016) e Souza (2018). Quando efetivamente estruturados e integrados à vida universitária, esses núcleos assumem um papel fundamental na mediação entre o estudante e a rigidez das normas institucionais. Eles viabilizam adaptações pedagógicas, orientam docentes e articulam o acesso a recursos de tecnologia assistiva, contribuindo para reduzir desigualdades no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, Glat e Pletsch (2011) ressaltam que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino superior é essencial para garantir condições mínimas de participação acadêmica, ao oferecer suporte técnico, adaptação de materiais e acompanhamento contínuo das necessidades dos estudantes.

Contudo, as narrativas revelam que, muitas vezes, o suporte mais efetivo à permanência acadêmica não parte das instâncias formais da universidade, mas das chamadas redes informais de apoio. Estudos como os de De Mozzi (2020) e Souza (2018) evidenciam o papel central desempenhado pelos colegas de turma e pela família no enfrentamento das dificuldades cotidianas. Amigos que auxiliam na locomoção pelo campus, compartilham anotações de aula, explicam conteúdos ou formam grupos de estudo inclusivos são frequentemente descritos como pilares de sustentação emocional e acadêmica. Nesse sentido, Souza (2018), ao analisar as narrativas de estudantes da UnB, destaca a relevância dessas relações humanas para a permanência no ensino superior:

Nos relatos, a figura do “colega solidário” aparece frequentemente como um agente de acessibilidade informal. Na ausência de políticas institucionais eficazes, é a rede de afetos construída em sala de aula que muitas vezes impede a evasão. O sentimento de pertencimento ao grupo é um facilitador tão potente quanto a tecnologia assistiva. (Souza, 2018, p. 112).

Além das relações humanas, o uso de tecnologias assistivas e recursos digitais também se destaca como um importante facilitador da participação acadêmica. Nos estudos de Salgado (2024) e Silva (2020), práticas como a gravação das aulas, o uso de softwares leitores de tela, a legendagem de conteúdos audiovisuais e a disponibilização antecipada de slides e materiais pelos docentes são apontadas como estratégias simples, porém de alto impacto. Essas ações ampliam a autonomia dos estudantes, favorecem a organização do estudo e reduzem barreiras comunicacionais e pedagógicas, evidenciando que pequenas mudanças nas práticas docentes podem produzir efeitos significativos na construção de uma universidade mais acessível e inclusiva.

Entre a lei e a prática: aproximações e distanciamentos entre os marcos legais e a realidade vivida

Este último eixo de análise debruça-se sobre a tensão dialética entre o "país das leis" e o "país das práticas". As produções analisadas convergem para um diagnóstico comum: o Brasil possui um arcabouço jurídico robusto, consolidado pela LBI (Lei nº 13.146/2015) e recentemente aprimorado pela atualização da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 14.723/2023). No entanto, embora a legislação tenha se tornado ainda mais inclusiva ao abranger quilombolas e novos critérios de classificação, a realidade no cotidiano universitário



ainda caminha a passos lentos perante o texto legal.

De Mozzi (2020), em sua tese de doutorado, utiliza o conceito de "tensões" para explicar esse fenômeno. As narrativas dos estudantes demonstram que, para acessar um direito garantido (como um intérprete ou um material adaptado), muitas vezes é necessário abrir processos administrativos, "brigar" com coordenadores ou expor sua condição de forma vexatória. Há, portanto, uma judicialização da permanência.

A distância entre o instituído (lei) e o instituinte (prática) é evidenciada na fala dos sujeitos pesquisados por Silva (2016), que percebem a acessibilidade muitas vezes como "maquiagem institucional" para cumprir índices de avaliação do MEC, sem um compromisso ético real com a formação do sujeito.

Em consonância, Silva (2020) aponta que a legislação garante o acesso, mas a cultura universitária meritocrática resiste em validar modos de produção de conhecimento que fujam à norma. A autora sintetiza essa contradição:

A legislação abriu as portas da universidade, mas não mudou a sua mobília. O estudante com deficiência entra amparado pela lei, mas permanece desamparado pela prática pedagógica cotidiana. A inclusão, nas narrativas, aparece como uma promessa legal que colide diariamente com a rigidez de um sistema que ainda não aprendeu a conviver com a diferença (Silva, 2020, p. 245).

Conclui-se, assim, que as narrativas discentes presentes nas teses e dissertação analisadas funcionam como um termômetro social. Elas indicam que, embora os marcos legais sejam imprescindíveis para a garantia de direitos, eles não são suficientes para transformar a cultura excludente. A verdadeira inclusão, segundo as vozes ouvidas nessas pesquisas, só ocorrerá quando a acessibilidade deixar de ser vista como cumprimento de norma para ser entendida como valor ético inegociável da universidade pública.

Conclusão

Ao longo deste estudo, buscou-se compreender como a inclusão no ensino superior é vivenciada por estudantes com deficiência a partir de suas próprias narrativas, analisando produções acadêmicas disponíveis na BDTD e na CAPES. Ao dar centralidade à voz dos estudantes, o estudo permitiu olhar para a acessibilidade não apenas como um conjunto de normas ou dispositivos legais, mas como uma experiência cotidiana, marcada por desafios, negociações e estratégias de permanência e aprendizagem.



As análises evidenciam que, embora existam avanços importantes na legislação brasileira, a universidade ainda se organiza, em muitos aspectos, a partir de um modelo que pouco considera a diversidade humana. As barreiras relatadas, sejam elas arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais ou atitudinais, não aparecem de forma isolada, mas se entrelaçam no cotidiano acadêmico, afetando diretamente a autonomia, o sentimento de pertencimento e a permanência dos estudantes com deficiência. Em muitos relatos, a universidade surge como um espaço que exige constante adaptação por parte do estudante, reforçando a ideia de que a inclusão ainda é tratada como exceção, e não como princípio.

Por outro lado, as narrativas também mostram que a permanência no ensino superior se torna possível a partir da existência de facilitadores que vão além do esforço individual. Núcleos de Acessibilidade, quando atuantes, o uso de tecnologias assistivas, práticas pedagógicas mais flexíveis e, principalmente, as redes informais de apoio construídas entre colegas, professores e familiares, aparecem como elementos fundamentais para a continuidade da trajetória acadêmica. Esses achados reforçam que a acessibilidade se constrói nas relações e nas práticas do dia a dia, muitas vezes por meio de ações simples, mas que fazem grande diferença na vida dos estudantes.

A distância entre o que está previsto na legislação e o que é vivenciado na prática universitária aparece de forma recorrente nas produções analisadas. Apesar de o Brasil contar com marcos legais importantes voltados à inclusão, as narrativas indicam que garantir o direito à acessibilidade ainda demanda enfrentamentos, exposições e desgastes emocionais por parte dos estudantes. Em muitos casos, a permanência no ensino superior acaba se tornando um processo de luta constante para que direitos já assegurados em lei sejam efetivamente cumpridos.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa apontam que a acessibilidade no ensino superior não pode ser compreendida apenas como cumprimento de normas ou adaptação pontual de espaços e práticas. Ela exige uma mudança mais profunda na cultura universitária, que reconheça a diferença como parte legítima da experiência acadêmica e valorize diferentes formas de aprender, ensinar e participar da vida universitária. Ao evidenciar as narrativas discentes, este estudo busca contribuir para reflexões que possam fortalecer a construção de uma universidade mais acessível, humana e comprometida com a permanência e a dignidade de todos os estudantes.



Referências Bibliográficas

- ALENCAR, Paula Maciel Mourão de. **Acessibilidade no ensino superior: o caso da UFJF**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.
- AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998. p. 11-30.
- BORGMANN, Marta Estela. **Reconhecimento da diferença: desafios para a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior**. 2016. Tese (Doutorado em Educação nas Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016.
- BORTOLAZZO, Jéssica Colpo. **Intervenção psicopedagógica na educação superior: acessibilidade aos estudantes com deficiência**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Programa Incluir: acessibilidade na educação superior**. Brasília: MEC/SESu, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 7 jan. 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2016
- BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 10 de janeiro de 2025**. Regulamenta a Política Nacional de Formação de Professores. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 out. 2025.
- BRUNELLI, Nadija Gomes. **Estudantes com deficiência no ensino superior: acesso e permanência numa instituição pública de ensino**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- CABRAL, Leonardo Santos Amâncio; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. **Educar em Revista**, Curitiba, n. esp. 3, p. 55-70, dez. 2017.
- DE MOZZI, Gisele. **Universidade(s) e deficiência(s): interfaces, tensões e processos**. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.



FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte".

Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

JANUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

LIMEIRA, Carolline Septímio. **Acessibilidade física e inclusão no ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal do Pará**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P. **Currículo e inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: reflexões sobre a docência universitária**. In: MELO, F. R. L. V. (Org.).

Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais. Natal: EDUFRN, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

SALGADO, Patrícia Dias. **Acessibilidade na educação: a inclusão de alunos com deficiência auditiva oralizados no ensino superior**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, Kele Cristina da. **Condições de acessibilidade na universidade: o ponto de vista de estudantes com deficiência**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

SILVA, Solange Cristina da. **Acessibilidade para estudantes com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Superior**. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SILVA, Jailma; PIMENTEL, Adriana. A Inclusão no Ensino Superior: vivências de estudantes com deficiência visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 28, p.121-138, 2022. DOI:<https://www.scielo.br/j/rbee/a/s67gJtctqKBykNL64mZhwqC/?lang=pt>.

SOUZA, Joana D'Arc Sampaio de. **A inclusão universitária: um estudo sobre as narrativas de estudantes do PPNE da Universidade de Brasília**. 2018. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

